
Nota à imprensa: Operação Juno Moneta

Nos Autos de Procedimentos Cautelares Criminais, na data de hoje foram cumpridos mandados de busca e apreensões e duas prisões temporárias de 5 dias em relação a pessoas e empresas ligadas ao MBL – Movimento Brasil Livre e MRL – Movimento Renovação Liberal; pelo Ministério Público de SP (GEDEC), Receita Federal e Polícia Civil de São Paulo, em seis endereços correspondentes às empresas envolvidas na investigação sobre prática de crimes de lavagem de dinheiro. As prisões temporárias foram realizadas em relação a Alessandro Monaco Ferreira e Carlos Augusto de Moraes Afonso (Alcunha: Luciano Ayan), os quais, segundo a investigação, mantêm estreitas ligações com os movimentos.

As evidências já obtidas indicam que estes envolvidos, entre outros, construíram efetiva blindagem patrimonial composta por um número significativo de pessoas jurídicas, tornando o fluxo de recursos extremamente difícil de ser rastreado, inclusive utilizando-se de criptoativos e interpostas pessoas.

No curso dos trabalhos conjuntos ficaram evidenciadas:

Movimento Brasil Livre:

- Confusão jurídica empresarial entre as empresas MBL – Movimento Brasil Livre e MRL – Movimento Renovação Liberal;
- Recebimento de doações de forma suspeita (cifras ocultas). Recebimento de doações através da plataforma Google Pagamentos – que desconta 30% do valor, ao invés de doações diretas na conta do MBL/MRL;
- Constituição e utilização de diversas empresas em incontáveis outras irregularidades, especialmente fiscais. A família Ferreira dos Santos, criadora do MBL, adquiriu/criou duas dezenas de empresas – que hoje se encontram – todas – inoperantes e, somente em relação ao Fisco Federal, devem tributos, já inscritos em dívida ativa da União, cujos montantes atingem cerca de R\$ 400 milhões.

Alessander Monaco Ferreira:

- Movimentação financeira extraordinária e incompatível;
- Criação/Sociedade em 2 empresas de fachada;
- Ligado aos “Movimentos”, realiza doações altamente suspeitas através da plataforma Google;
- Viajou mais de 50 vezes para Brasília, entre julho/2016 a agosto/2018 – todas (conf. Consta) para o Ministério da Educação – com objetivos não especificados;
- Apesar de tudo, solicitou emprego e foi contratado pelo Governo do Estado de SP para trabalhar CADA – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso da Imprensa Oficial do Estado – e justamente um cargo que tem função de gerenciar tarefas de eliminação de documentos públicos, de informações relativas ao recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos pela Administração Pública;

Carlos Augusto de Moraes Afonso (Luciano Ayan):

- Ameaça aqueles que questionam as finanças do MBL;
- Dissemina Fake News;
- Criação/Sócio de ao menos 4 empresas de fachada;
- Uso de contas de passagem, indícios de movimentação financeira incompatível perante do fisco federal.

Foram apreendidas diversas mídias digitais, entre celulares, computadores, HDs e pen-drives; documentos impressos, dinheiro e foram encontradas e não apreendidas drogas (maconha) interpretadas para uso pessoal.

Não é possível fornecer mais detalhes e mais informações nesse momento por estar a investigação ainda em curso.

São Paulo, 10 de junho de 2020

GEDEC